

# **EDUCAÇÃO INFANTIL: DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AO BRINCAR COMO DIREITO**

Lilian de Araujo Rodrigues (Graduanda em Pedagogia - UEPB)  
Viviane de Almeida Silva (Graduanda em Pedagogia - UEPB)  
Erica Batista Andrade (Graduanda em Pedagogia - UEPB)  
Tania Lucia de Araujo Queiroz (Professora - UEPB)

## **RESUMO**

O presente artigo aborda a importância do brincar na educação infantil como uma questão de direito assegurado nos documentos e leis que orientam e regem as políticas públicas e programas desse nível de ensino. Discute a importância do brincar na Educação Infantil e a necessidade das creches e pré-escolas disponibilizarem recursos e espaços para as crianças utilizarem significativamente e que os professores em sua prática pedagógica adotem o brincar de forma intencional, para que possa promover o desenvolvimento integral das crianças com faixa etária de zero a cinco anos. Apresenta breve relato sobre experiência de estágio em Educação Infantil realizado na Creche Beatriz Hamad, Campina Grande - Paraíba, a partir da observação não-participante. Conclui que a importância do brincar na Educação Infantil, e mais do que isso, a consciência do brincar como direito que a criança possui defendido nos documentos e legislação está assegurado na instituição de educação infantil observada.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas, Educação Infantil, Brincar.

## **INTRODUÇÃO**

Esse artigo tem como objetivo abordar a importância do brincar na Educação Infantil e ressaltar que o brincar é um direito que a criança tem assegurado pela legislação brasileira. Além disso, aproveitamos a oportunidade para apresentar o relato da experiência vivenciada no estágio supervisionado em que observamos a realização desse direito por uma instituição pública de educação infantil na cidade de Campina Grande – Paraíba.

Para tanto, utilizamos como base teórica documentos oficiais (Declaração dos Direitos Humanos, Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, as Diretrizes Curriculares Nacionais e outros) a fim de fundamentar e discutir as políticas públicas para educação infantil no que se refere ao direito da criança de zero a cinco anos. Também foram citados alguns estudiosos (ZABALZA, 1998; DIAS, 2005; RODRIGUES, 2009; HERMIDA E BARBOSA, 2013;

HERMIDA e LIMA, 2013;) os quais fundamentaram os estudos realizados sobre a temática.

Com base nessas leituras dividimos o artigo em três partes. A primeira trata da discussão sobre a Educação Infantil quanto à questão legal. A segunda, refere-se ao brincar como direito da criança, destacando as políticas públicas para a Educação Infantil e a questão do brincar e, também, fazemos referência a influência de pensadores no que se refere ao brincar e o desenvolvimento da criança, assim como a necessidade dos professores utilizarem o brincar como forma de promover o desenvolvimento integral da criança. Na terceira parte, abordamos a nossa experiência de estágio em Educação Infantil, a partir da observação não-participante, tendo como local de estudo a instituição pública Creche Beatriz Hamad Gomes pertencente ao município de Campina Grande – Paraíba.

Vale ressaltar que a intenção em apresentar a experiência vivenciada no campo de estágio merece destaque, principalmente, pela oportunidade de aprendizado oferecido pelas professoras daquela instituição de ensino. Acreditamos que os momentos vivenciados no campo de estágio são de grande relevância para a nossa formação acadêmica, especialmente, se eles são produtivos e significativos.

Nesse sentido, percebemos a importância de se abordar a respectiva temática, uma vez que embora existam políticas públicas para a Educação Infantil, nem sempre se tem dado a devida importância. Do mesmo modo, percebemos que, ainda, há muito o que fazer em termos de políticas públicas e da prática pedagógica para que as crianças tenham uma educação de qualidade e que tenham, verdadeiramente, acesso a brincadeira nessa fase de seu desenvolvimento, pois sabemos que algumas instituições deixam a desejar a concretização desse direito.

## **1 EDUCAÇÃO INFANTIL**

Ao longo da história da educação brasileira a concepção de infância e de educação infantil e, em decorrência disso, de outros aspectos relacionados a esses campo passaram por mudanças significativas originando a definição de novas políticas públicas de atendimento, bem como legislação específica para esse nível de ensino.

A história da educação infantil aponta para uma trajetória relativamente recente no contexto da educação brasileira destacando-se, principalmente, após a Constituição Federal de 1988, como marco significativo o estabelecimento de dever do Estado o

atendimento a crianças em creches e pré-escolas (Art. 208, inciso IV), hoje de responsabilidade dos Municípios. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases em 1996, a educação infantil passou a constituir a primeira etapa da Educação Básica integrada ao sistema de ensino, e com isso, prevalecendo os objetivos e funções educacionais ao invés dos assistenciais.

Sendo assim, a partir de então a criança com menos de sete anos passa a ter a educação como direito. A Educação Infantil passa, portanto, a se integrar a política nacional de educação e o atendimento às crianças de faixa etária de zero a seis anos passa a acontecer em creches e pré-escolas, uma vez que na lei que a antecedeu, o atendimento correspondia a crianças de 4 a 6 anos. Atualmente, esse atendimento corresponde a crianças de zero a cinco anos.

Além disso, a LDB em seu artigo 11 e inciso I estabelece a competência aos Municípios o dever de organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados. No artigo 29, a Educação Infantil, sendo a primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral das crianças complementando a ação da família e da comunidade.

Nesta perspectiva, integrar as creche e elevá-las à categoria de instituições educacionais significou mudanças na concepção de atendimento às crianças, principalmente no que diz respeito à indissociabilidade do cuidar e educar. Isto implica que a creche envolve cuidados, alimentação e saúde e, também, o caráter educacional, ou seja, entende o cuidado como algo indissociável ao processo educativo.

Apesar dos avanços das políticas públicas em relação à educação de crianças de zero a cinco anos, estas ainda se encontram fragilizadas e, muitas vezes, contraditórias, de modo que o pensamento de Dias (2005) consiste em que

A Educação Infantil, ainda, carece de uma política pública que vise garantir o atendimento às necessidades das crianças que interage ações de cuidado e educação. Que busque, sobretudo, a implementação de ações que assegurem, a um só tempo, o acesso a todas as crianças de 0 a 6 anos, mediante expansão de vagas, e que promovam a melhoria das condições de atendimento em Instituições de Educação Infantil (DIAS, 2005, p.27).

Para atender ao novo conceito de educação infantil, alguns documentos foram elaborados e publicados pelo Ministério da Educação com vistas à formulação de diretrizes para educação infantil, à promoção de estudos e debates nacionalmente e, com isso, oferecer um atendimento de qualidade. Nesse contexto, surgiram então os

Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil, as Diretrizes Curriculares para Educação Infantil entre outros, subsidiando a implantação de programas que atendam as necessidades das crianças pequenas de zero a cinco anos.

Esses documentos estabelecem diretrizes para a educação infantil, as quais devem ser observadas quanto à organização das propostas pedagógicas ou projeto político pedagógico de instituições de ensino infantil. Eles orientam as ações da instituição e definem as metas para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças que nela são cuidadas e educadas. Nesse sentido, as diretrizes estabelecidas atendem alguns princípios e direitos das crianças garantidos por lei.

Em conformidade com o RCNEI (1999) é competência das instituições de educação infantil “tornar acessível a todas as crianças que a freqüentam, indiscriminadamente, elementos da cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social”. Além disso, deve-se oferecer às crianças condições para as “aprendizagens que ocorrem por meio das brincadeiras e aquelas oriundas de situações pedagógicas intencionais ou de aprendizagens orientadas pelos adultos.”

Nesse sentido, a Educação Infantil é a base do processo de desenvolvimento da criança e, por isso, deve ser trabalhada da melhor forma possível, para que assim as crianças possam alcançar o desenvolvimento pleno na esfera social, emocional, educacional, enfim, em todas as áreas de sua vida.

## **2 O BRINCAR COMO DIREITO DA CRIANÇA**

Vários documentos voltados para a Educação Infantil tratam dos direitos da criança. Conforme defendem os estudiosos “toda criança tem direito a brincar”. Direito fundamental na primeira infância que foi incluído na “Declaração das Nações Unidas dos Direitos da Criança em 1959 e reiterado em 1989, quando a ONU adotou a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC)”. Neste documento, o artigo 31º afirma que “a criança tem direito ao descanso e lazer, ao divertimento e às atividades recreativas próprias da idade, bem como à livre participação na vida cultural e artística” (p. 6 e 7).

No documento “Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças” (BRASIL, 2009) alguns indicadores são apontados para garantir o direito de brincar das crianças. São eles:

- Os brinquedos estão disponíveis às crianças em todos os momentos.

- Os brinquedos são guardados em locais de livre acesso às crianças.
- Os brinquedos são guardados com carinho, de forma organizada.
- As rotinas da creche são flexíveis e reservam períodos longos para as brincadeiras livres das crianças.
- As famílias recebem orientação sobre a importância das brincadeiras para o desenvolvimento infantil.
- Ajudamos as crianças a aprender a guardar os brinquedos nos lugares apropriados.
- As salas onde as crianças ficam estão arrumadas de forma a facilitar brincadeiras espontâneas e interativas.
- Ajudamos as crianças a aprender a usar brinquedos novos.
- Os adultos também propõem brincadeiras às crianças.
- Os espaços externos permitem as brincadeiras das crianças.
- As crianças maiores podem organizar os seus jogos de bola, inclusive futebol.
- As meninas também participam de jogos que desenvolvem o movimentos amplos: correr, jogar, pular.
- Demonstramos o valor que damos às brincadeiras infantis participando delas sempre que as crianças pedem.
- Os adultos também acatam as brincadeiras propostas pelas crianças.

Outro documento importante que trata em suas orientações a importância do brincar na educação infantil é o Referencial Curricular para a Educação Infantil (RCNEI). Ele norteia e dá diretrizes sobre o trabalho a ser realizado na Educação Infantil. De acordo com as orientações deste documento, o educar, o cuidar e o brincar são fundamentais e o brincar é tido como sendo uma forma da criança externar os seus conhecimentos prévios e, a partir disso, internalizar os conhecimentos do mundo exterior. Daí, a importância dos professores intervirem intencionalmente para que esses conhecimentos sejam desenvolvidos plenamente.

As ideias de Fröebel a respeito da brincadeira afirma que ela é a maior expressão do desenvolvimento humano na infância, pois é a expressão livre do que vai na alma da criança.

A criança, portanto, no pensamento de Vigotsky é um sujeito social e constrói significados e valores e os transformam, criam e recriam sua cultura, sendo “o outro” muito importante nesse processo. Nesse sentido, considerando a criança como sujeito social e histórico que está inserido dentro da sociedade e que interage com outros sujeitos (família, colegas, entre outros) e que, com eles adquirem e transmitem valores, crenças, costumes, conhecimentos, percebe-se a necessidade de estimular o desenvolvimento desta, desde a mais tenra idade. Uma das formas mais “simples” e importantes de se fazer isso é através do brincar, uma vez que, segundo Hermida e Lima (2013, p. 129)

Ao brincar, a criança estimula a inteligência porque este ato faz com que ela imagine e desenvolva a sua criatividade, assim como possibilita o exercício de concentração, atenção e engajamento. Além disso, favorece o desenvolvimento do processo de socialização e a compreensão de valores sociais, a exemplo da colaboração, divisão, liderança, competição, obediência as regras, respeito as diferenças, dentre outros.

Sendo assim, ao brincar as crianças não somente fantasiam, criam e imaginam coisas que lhe trazem significado como também externalizam aquilo que faz parte de sua realidade bem como internalizam e externalizam normas, valores, regras que regem o seu meio de convívio e/ou da sociedade como um todo. “Nas brincadeiras, as crianças transformam os conhecimentos que já possuíam anteriormente em conhecimentos gerais com os quais brinca” (BRASIL, 2001, p. 27).

Hermida e Barbosa (2013, p.15) citando Vigotsky (1998) comenta que

Enquanto brinca, a criança reproduz regras, vivencia princípios que está percebendo na realidade. Logo, as interações requeridas pelo brinquedo possibilitam a internalização do real, promovendo o desenvolvimento cognitivo” (HERMIDA e BARBOSA, 2013, p.15).

Além disso, destacamos que

Brincando, jogando e criando narrativas, as crianças estão falando de si próprias, dos seus medos, coragem, angústias, sonhos e idéias. Estão falando de seu tempo, da cultura em que vivem, aprendem e de desenvolvem, das promessas e do mal estar dessa mesma cultura. Estão falando também de nós adultos, de nossas expectativas e projetos, de nossa presença e silêncio, de nossas certezas e dúvidas (RODRIGUES, 2009, p.26).

Cabe ressaltar, que a brincadeira na Educação Infantil não acontece somente como ato espontâneo das crianças, no qual, elas escolhem com que e com quem brincar, no espaço que desejam. Para o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos é necessário também a ação intencional mediada pelo professor, onde se trabalha conhecimentos curriculares de forma lúdica, utilizando para isso a brincadeira. Para isso, podem ser utilizadas as brincadeiras de faz de conta, os jogos tradicionais, os jogos didáticos, entre outros. Nessa perspectiva,

A intervenção intencional baseada na observação das brincadeiras das crianças, oferecendo-lhes material adequado, assim como um espaço estruturado para brincar permite o enriquecimento das competências imaginativas, criativas e organizacionais infantis. Cabe ao professor organizar situações para que as brincadeiras ocorram de maneira diversificada para propiciar às crianças a possibilidade de escolherem os temas, papéis, objetos e companheiros com quem brincar ou jogos de regras e de construção, e assim elaborarem de forma pessoal e independente suas emoções, sentimentos, conhecimentos e regras sócias (BRASIL, 2001, p.29).

Tendo em vista que através do brincar as crianças têm a possibilidade de se desenvolver expressamente tanto nas questões que dizem respeito ao conhecimento curricular como nas questões afetivas e sócio interacionistas e que, os professores precisam ter consciência disto e desta forma compreender o brincar como direito da criança, percebe-se a preocupação da escola em disponibilizar recursos e ambientes adequados para que a educação dos pequenos aconteça efetivamente. Para isso, é necessário também que a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil esteja de acordo com o que aponta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil no que diz respeito ao brincar. Neste documento citado, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo

garantir à criança acesso a processos de apropriação<sup>9</sup>, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como direito à saúde, à liberdade, à brincadeira, à convivência, e à interação com outras crianças” (BRASIL, 2010).

Desse modo, levando em consideração o que foi mencionado acima, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil apontam que os eixos que norteiam as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil são as interações e a brincadeira.

Complementando essas ideias, Rodrigues (2009) citando Salgado (2008, p. 105) destaca que fazer do lúdico um espaço dialógico entre crianças e adultos abre a possibilidade de participarmos da vida da criança e de sua cultura como um outro que traz experiências, histórias, visões e valores distintos e, por ocupar um outro lugar social e olhar para a vida sob outras perspectivas, apresenta modos diversos de interpretar e lidar com a cultura contemporânea.

Assim, percebemos a importância do brincar na Educação Infantil, e mais do que isso, a consciência de que o brincar é um direito que a criança possui e que a LDB o assegura nas creches e pré-escolas da rede pública de ensino.

### 3 O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL NA CRECHE MUNICIPAL BEATRIZ HAMAD EM CAMPINA GRANDE - PB

Durante o segundo semestre do ano de 2012 realizamos o Estágio Supervisionado III em Educação Infantil pela Universidade Estadual da Paraíba na

Creche Beatriz Hamad Gomes. Essa creche existe há aproximadamente vinte e cinco anos e faz parte da rede municipal de ensino da cidade de Campina Grande - Paraíba. Está localizada no bairro do Jeremias, caracterizado por uma população de baixa renda e atende crianças de 0 a 5 anos advindas do bairro do Araxá, Jeremias e do Conjunto Promorar. A Creche funciona em horário integral das 07 às 17 horas, sendo que, apenas, o maternal I e II ficam dois expedientes na escola. As turmas do Pré I e II permanecem, apenas, um dos turnos (manhã ou tarde).

Inicialmente, o estágio consistiu, além da parte burocrática de apresentação e das entrevistas, na observação da dinâmica da creche, principalmente, no que diz respeito à prática pedagógica. Fizemos observações de vários momentos do cotidiano infantil dos quais destacamos as situações pedagógicas do brincar, pois chamou a nossa atenção a valorização dada a esse respeito pelos profissionais da educação infantil daquela instituição de ensino.

Vimos que para aquele grupo de professoras, o brincar constitui-se importante para a criança e esteve presente, na maioria dos momentos do processo educativo, alguns de forma espontânea e outros de forma intencional, sob a coordenação das professoras, ou seja, sempre esteve presente a garantia do direito de brincar.

Pudemos perceber que muitos aspectos discutidos pelos estudiosos sobre a importância do brincar na educação infantil norteavam as situações didáticas planejadas e realizadas com as crianças, bem como a organização dos espaços para promover a interação, a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças.

Alguns aspectos observados na realização das atividades com as crianças referem-se a:

- importância das brincadeiras simbólicas para o conhecimento de si e do mundo.
- organização dos espaços e disponibilização de materiais que favoreçam as brincadeiras de faz-de-conta.
- envolvimento das crianças em atividades essencialmente lúdicas, nas quais tiveram oportunidades de tomar decisões, explorar, criar, experimentar, transformar, atribuir novo sentido às coisas e brincar.
- produção brinquedos com as crianças.
- brincadeiras para que as crianças entrassem em contato com o mundo da leitura e da escrita de forma divertida.

Ademais, observamos ainda a organização dos espaços tais como: casinha com quarto, cozinha, telefone; canto da biblioteca com livros, revistas, gibis, almofadas, painéis, tapetes; cantinho da fantasia com pedaços de pano, chapéus, sapatos, roupas,

fantasias, maquiagens, tinta para rosto, espelho; canto com jogos, brinquedos de encaixe, dominós, peças de madeira em tamanhos variados, quebra-cabeça, jogo da memória; cantinho da música, com alguns equipamentos (som, cds, rádio) e instrumentos variados, ou seja, objetos sonoros; salão de beleza, com maquiagem, esmalte, algodão, escovas, etc.

Em relação aos ambientes, estes estavam organizados permitindo à criança: movimentar-se com segurança; sentir-se acolhida e integrada; conquistar maior autonomia; interagir com outras crianças e com objetos diversificados; enfrentar desafios adequados à sua faixa etária; ter liberdade para alterar os ambientes, a partir de suas necessidades.

Nos demais momentos como os de recreação, as crianças brincavam livremente no pátio, na areia e no cantinho da transformação, ou seja, do faz-de-conta, como mostra a foto abaixo, no qual, através de sua imaginação as crianças se transformavam em inúmeros personagens, sem levar em conta a questão do gênero ao qual pertenciam.



Nessa perspectiva, percebemos um olhar sensível dos professores sobre o espaço a fim de valorizá-lo como um importante componente educativo. Zabalza (1998, p. 50) destaca que os espaços educativos para o brincar

precisam ser diversificados, de maneira que reflitam as crenças, os valores, a cultura e a história daquela instituição, bem como precisam apoiar as aprendizagens das crianças, permitindo que elas se reconheçam como parte integrante daquele espaço.

Para esse autor, o ambiente é um “todo indissociável dos objetos, odores, formas, cores, sons e pessoas que habitam e se relacionam dentro de uma estrutura física determinada que contem tudo e que, ao mesmo tempo, é contida por todos esses elementos como se tivessem vida”.

Zabalza (1998, p.233) entende o ambiente como parte integrante da ação pedagógica, sendo preciso descobrir muitos modos de torná-lo não só um local seguro para as crianças, mas também rico em aprendizagens. E cita Zilma de Oliveira para explicar que

[...] o ambiente das creches e pré-escolas pode ser considerado como um campo de vivências e explorações, zona de múltiplos recursos e

possibilidades para a criança reconhecer objetos, experiências, significados de palavras e expressões, além de ampliar o mundo de sensações e percepções. Funciona esse ambiente como um recurso de desenvolvimento e, para isso, ele deve ser planejado pelo educador, parceiro privilegiado de que a criança dispõe.

Nessa perspectiva, o espaço na instituição de educação Beatriz Hamad Gomes é organizado de modo a proporcionar diferentes possibilidades de sensações e percepções, conforme mostram as imagens. Nos ambientes em destaque, abaixo, observamos que a organização e os tipos de materiais disponibilizados favorecem a interação entre crianças de diferentes faixas etárias, oferecem desafios às crianças e valorizam a cultura e a história da instituição



Acreditamos que o planejamento do ambiente favorece a construção da autonomia das crianças, as interações entre as crianças, promove construção da identidade pessoal, o desenvolvimento de competências e habilidades e, por conseguinte, a construção da autonomia moral e intelectual.

Estes são alguns fragmentos do trabalho realizado na instituição citada por meio do qual concluímos que a proposta pedagógica da Creche Beatriz Hamad, bem como a prática pedagógica das professoras, contemplam as orientações didático-pedagógica sugeridas pelos estudiosos que discutem essa temática, pelos documentos já citados e pela legislação específica da Educação Infantil sobre o direito de brincar neste nível de ensino.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste estudo sobre “**Educação infantil: das políticas públicas ao brincar como direito**” permitiu-nos perceber que em relação às políticas públicas para esse nível de ensino no Brasil, ainda há muito que fazer para que a educação dos pequenos no ensino público aconteça de maneira efetiva. Isto porque é necessário considerar que as crianças são sujeitos que possuem direitos e deveres e que estão inseridos dentro da sociedade ensinando e aprendendo conceitos e valores que se trabalhados podem contribuir para formação de cidadãos conscientes e críticos.

Para isso, é necessária uma formação de professores adequada e a consciência por parte deles do que seja ser docente na Educação Infantil para que enxerguem que o brincar é uma forma simples, sublime e eficaz de ensinar a criança a aprender, a conviver, a se desenvolver.

Quanto ao campo de estágio aqui apresentado, é necessário enfatizar que surpreendeu-nos mediante as leituras e estudos realizados em sala de aula sobre pesquisas realizadas por estudiosos interessados na temática que nem sempre esse direito é garantido como regra geral. Muitos equívocos e fragilidades ainda fazem parte do cotidiano infantil e merecem uma intervenção para mudar a realidade existente.

Entretanto, na creche observada pudemos constatar que o direito do brincar está garantido em diferentes momentos e possibilidades. Este direito está garantido na forma como o ambiente é organizado e administrado, constituindo as concepções dos professores, a mensagem curricular compreendida pelo corpo docente da instituição e reflete o modelo educativo adotado.

Além disso, as brincadeiras aconteceram dentro do ambiente escolar tanto de forma espontânea como de forma dirigida com o objetivo de promover o desenvolvimento pleno das crianças, tanto cognitivamente como afetiva e socialmente, fato que também condiz com o que foi apresentado neste estudo como sendo favorável para a Educação Infantil.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. A. H. e HERMIDA, Jorge Fernando. O lúdico na educação infantil: um recurso pedagógico na sala de aula. In: HERMIDA, Jorge Fernando (organizador). **Educação Infantil e Ludicidade: Experiências no Agreste Paraibano**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil** /Secretaria de Educação Básica. Brasília : MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil v.1 e 2/** Secretaria de Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAMPOS, Maria Malta e ROSEMBERG, Fúlvia. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças.** 6.ed. Brasília : MEC, SEB, 2009

DIAS, Adelaide Alves, SOUZA JÚNIOR, Luiz de. **Direito e Obrigatoriedade na Educação Infantil.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2007.

LIMA, Alessandra M. de S. e HERMIDA, Jorge Fernando. O brincar como direito da criança: a prática pedagógica da ludicidade em uma sala de aula. In: HERMIDA, Jorge Fernando (organizador). **Educação Infantil e Ludicidade: Experiências no Agreste Paraibano.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2013.

RODRIGUES, Luzia Maria. **A Criança e o Brincar.** Mesquita: UFRJ, 2009.

ZABALZA, M. A. **Qualidade na Educação Infantil.** Porto Alegre: Artmed, 1998.